

MARIA DE DEUS BEITES MANSO

**A COMPANHIA DE JESUS NA ÍNDIA
(1542-1622)**

**ACTIVIDADES RELIGIOSAS, PODERES
E CONTACTOS CULTURAIS**

2009

Não raras as vezes, as nossas sociedades intelectuais revelam-se abertamente racistas. Não no sentido em que o entendemos habitualmente, quer dizer, condenações ou desprezo pelas civilizações, religiões ou costumes diferentes dos nossos, mas por uma espantosa propensão para ajuizar mal o seu passado. Não há História, nem investigação, nem obra, nem ensino, sem nos situarmos no tempo, sem tomarmos conhecimento do contexto.

(Jacques Heers, *A Idade Média, Uma Impostura*.

Lisboa, 1994, p.13 e 26)

Agradecimentos

Queremos deixar aqui o nosso muito obrigado a todos os que nos ajudaram a pôr este projecto em pé. Neste sentido, queremos agradecer:

ao Professor Joaquim Veríssimo Serrão e ao Professor Joaquim Chorão Lavajo meus orientadores e responsáveis pela minha entrada na carreira universitária; aos colegas e amigos Joseph Abraham Levi (Institute for Portuguese and Lusophone World Studies, Rhode Island College) e Ivo Carneiro de Souza (Instituto Europeu de Macau) pelas leituras atentas que fizeram destas páginas que aqui se apresentam.

Além disso, entre os outros amigos de profissão, sobretudo os que comigo têm trabalhado e que em muito me ajudaram a fortalecer nas lides académicas, quero também aqui lembrar os professores e investigadores: Evergton Sales (Universidade Federal da Bahia), Suely Almeida (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Giselda Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Selma Pantoja (Universidade de Brasília), João Fernandes Manuel (Universidade Agostinho Neto, Luanda), José Manuel Garcia (Arquivos de Lisboa), Maria Fernanda Matias (Fundação Calouste Gulbenkian), Leonor Seabra (Universidade de Macau), Jin Guo Ping, Francisco Soares (Universidade de Évora), Antónia Espadinha (Universidade de Macau) e Rosalina Semião.

Aos alunos de Mestrado em Estudos Lusófonos na Universidade de Évora e aos estudantes dos Estudos Asiáticos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre os quais destacamos os orientados e ex-orientados: Maria José Cunha, Elisabete Peleja, Elisabetta Colla e Lúcio Sousa, quero agradecer-lhes a amizade, o respeito e o progresso científico através dos quais alcancei.

Para além dos nomes supracitados a edição não seria possível sem o interesse que a Universidade de Macau demonstrou pelo nosso trabalho. A esta instituição e à Universidade de Évora (minha Universidade), o meu muito obrigado. Quero também expressar uma palavra de reconhecimento à Fundação Calouste Gulbenkian não só pela atribuição de bolsas como pelos projectos que nos aprovou, tanto o Serviço de Educação como o Serviço Internacional.

Para terminar, o meu bem-haja a todos os amigos e familiares, particularmente às minhas filhas Eva Maria e Ana Sofia e ao meu marido José o carinho e a atenção demonstrada neste meu percurso académico que nem sempre tem sido muito sereno.

Colégio do Espírito Santo, 8 de Abril de 2007

PREFÁCIO

Este livro de Maria de Deus Manso sobre a extraordinária história da movimentação religiosa da Companhia de Jesus na Índia entre 1542 e 1622 é uma daquelas mais do que agradáveis surpresas em que a qualidade da investigação se casa com intimidade à renovação das interpretações.

Não é fácil estudar com a inteligência da moderna história profissional essa aventura das missões jesuítas nos espaços asiáticos tão carregada ainda de embaraços apologéticos e justificantes, correndo a par com recorrentes tendências para «avaliar», pelo bem e pelo mal, uma agitada circulação religiosa que, nos nossos dias, em história se deve obrigatoriamente inscrever em tempos e espaços tanto como em contextos e processos. Recriando com competência uma dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, este livro procura ampliar criticamente o universo do documental para procurar alargar questões, perspectivas e interpretações.

Assim, com este livro importante revisitam-se missionários jesuítas inseridos no seu contexto histórico marcado pelas ilusões de um triunfante catolicismo tridentino que esbarravam diante dessas outras muralhas plurimilenares estruturando as sociedades, culturas e religiões que ainda hoje organizam esse extenso espaço que admiramos como Índia.

A movimentação da Companhia de Jesus na Índia inaugurada por S. Francisco Xavier, em 1542, não pode continuar a estudar-se na base de qualquer perspectiva amarrada a dialécticas de «sucessos» e «fracassos». Trata-se de um processo histórico muito especializado em que as certezas doutrinárias e as limitações instrumentais se foram sempre confrontando com a demorada alteridade de espaços culturais e simbólicos largamente estranhos às cesuras de um catolicismo contra-reformista exagerando a superioridade civilizacional de uma orbe europeia cristã, romana e apostólica criada para conquistar espiritualmente os outros mundos.

Não foi assim. Exceptuando o caso excepcional de Goa com a sua produção de uma estratégia de elevação quase sectária de uma homogénea «cidade cristã», também o triunfante catolicismo agitado pelos padres jesuítas não conseguiu mobilizar grandes

conversões e levantar mais do que algumas minoritárias e dispersas comunidades cristãs.

Como explica com inteligência Maria de Deus Manso, mesmo essas massivas conversões de macuas e paravás decorrem mais da ordem do poder e da protecção política oferecida pela presença militar portuguesa do que rigorosamente dessa ordem «superior» da adesão sentida à fidelidade cristã.

Este livro ajuda mesmo a perceber que não existe uma «obra» no singular da Companhia de Jesus na Índia e que as suas «obras» não se podem dissociar dos jogos dos poderes, das concorrências político-económicas ou do afrontamento de culturas. Partindo destas incontornáveis lições, esta investigação estuda a actividade complexa da Companhia de Jesus na Índia já não apenas como uma transcendente obrigação estritamente religiosa, mas enquanto processo profundamente cultural em que sociedades, poderes e culturas se cruzam constantemente.

Raramente, porém, se misturam e mesclam voluntariamente. Ficaram as proclamações da «superioridade» de um catolicismo. Muitas. Por vezes, sentidas, intensas tanto como densas e duras. Sobrou em militância tridentina o que faltou em conversões e, acima de tudo, em tolerância religiosa e compreensão da diversidade cultural. Mas este é, afinal, o problema do nosso próprio tempo e deixou definitivamente de se frequentar qualquer «certeza» de que estamos a conseguir construir a diversidade e a abrigar a tolerância.

Ivo Carneiro de Sousa

(Inter-Universitarium Institutum Macaonense)

INTRODUÇÃO¹

As actividades religiosas e os sentidos culturais da presença da Companhia de Jesus na Índia, alargando-se dos contactos iniciais de S. Francisco Xavier à introdução da *Propaganda Fide*, nas primeiras décadas do século XVII, organizam um tema de investigação compósito que se encontra ainda muito longe de reunir pesquisas primárias, problemáticas e interpretações suficientes. Apesar de uma bibliografia extensa que, tantas vezes perdida entre apologéticas e comprometidas ideologias, foi perseguindo a missão dos jesuítas no mundo asiático, a nossa investigação conseguiu acumular muita documentação ainda por estudar, contrariando uma ideia quase feita sublinhando que as fontes publicadas sobre a Companhia de Jesus, maioritariamente compiladas pelos seus membros, não autorizariam novos alargamentos documentais e pesquisas renovadoras, como se o *fazer história* actual continuasse apenas obrigado à rigorosa vassalagem da generosidade do «documento» escrito e à sua «positiva» interpretação. Em contraste, beneficiando do apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da extinta Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), foi possível mobilizar para este estudo investigações primárias demoradas realizadas em diversos arquivos e bibliotecas da Índia — Historical Archives, Goa (Panaji), Biblioteca Central de Goa, Arquivo Histórico da Diocese de Cochim (Índia/Estado de Kerala), The Kerala History Association — a que se juntaram investigações no referencial Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma), assim se visitando fundos e colecções oferecendo uma ampla constelação de informações praticamente por explorar e muito pouco convocada pela historiografia portuguesa da especialidade.

¹ O texto que agora se apresenta resulta essencialmente da investigação e da respectiva análise que efectuámos para a preparação da Dissertação de Doutoramento, defendida na Universidade de Évora em Julho de 1999. Passados quase oito anos, entendemos proceder à sua edição. As únicas alterações introduzidas foram primordialmente de carácter metodológico e excluimos os anexos. Assumimos aqui que não foi nossa preocupação fazer uma *actualização* bibliográfica de tudo quanto depois se publicou sobre a Companhia de Jesus e o Oriente. Nós próprios durante este período produzimos textos sobre a temática e que agora poderiam aqui ser incorporados, mas intencionalmente não o fizemos. Por um lado pretendemos manter a *pureza* do texto inicial e por outro decidimos manter a investigação posterior como original para que esta edição não seja vista como uma repetição ou um somatório das pesquisas posteriormente desenvolvidas.

Este livro combina, assim, um alargamento das fontes históricas que interessam para a renovação dos estudos sobre a movimentação da Companhia de Jesus na Índia com uma tentativa de sugerir novos caminhos de investigação e interpretação. A abrir, importa mesmo começar por esclarecer que o conceito de *Índia* estampado no título, não pode de maneira alguma ser confundido com quaisquer formas políticas e fronteiras actuais. Muito menos se pode mesclar com essa noção de «Oriente» que, de construção cultural e académica europeia, foi definitivamente criticada e dissolvida pela obra marcante de Edward Said.² A «Índia» que se pretende estudar abrange, sobretudo, as províncias e espaços que a Companhia de Jesus foi organizando nos enclaves portugueses na região: a do Norte, em Goa e a Sul, o Malabar com a sua rede de fortalezas, feitorias e territórios de movimentação comercial portuguesa.³ Tratando-se mesmo assim de um espaço geográfico vasto investigado para um período longo, a sua «coerência» quase colonial ressaltava largamente dessa “reconfirmação” do direito português de «Padroado do Oriente», acusado em 1622 com a criação da *Propaganda Fide*, mas cujos reflexos apenas se fariam notar em meados do século XVII. Por estarmos cientes de que foi em Goa e nos enclaves portugueses do Malabar que os jesuítas atingiram maior relevância, são estes os locais em que assenta de preferência o nosso estudo. Foi também nestas duas regiões que mais conflitos surgiram entre os membros portugueses e italianos da Companhia, devido aos diferentes métodos utilizados no campo missionário, a que somaram várias contradições entre a Companhia e outras ordens religiosas católicas activas na Ásia, sobretudo quanto à disputa dos locais e dos modos de evangelizar. Acresce ainda o facto de existirem no Malabar os chamados cristãos de São Tomé com as suas complexas conexões a igrejas e ritos cristãos «orientais». Neste ambiente, mesmo a coerência do espaço e da sua apropriação religiosa devem ser claramente matizados até porque importa compreender que a movimentação cristã (entenda-se, católica) se encontrava muito longe de totalizar a oferta religiosa que se movimentava nestes territórios que, desde finais do século XVI, se procuravam «reservar» como espaço de missão.

Durante muito tempo, Portugal foi o primeiro país europeu a pretender exercer autoridade religiosa e política sobre estes espaços do «Oriente». Portanto, teoricamente, todas as missões católicas da Índia eram missões de portugueses ou, pelo menos,

² Edward Said, Edward W. “The Mind in Winter: Reflections on Life in Exile”. *Harper’s* (Setembro, 1984): 49-55; Edward Said W., *Orientalism*. Nova Iorque, Pantheon, 1978.

³ O conceito “gentio” é usado nas fontes da época em relação a este espaço. Por vezes, é extremamente vago, deixando-nos dúvidas se se refere ao budismo ou ao hinduísmo.

estavam obrigadas a autorização do rei de Portugal, sendo o seu motivo determinante coadjuvar o poder político aí estabelecido,⁴ de acordo com a perspectiva sugerida por Oliveira Marques: “o império comercial e militar foi assim duplicado e alargado a um império religioso, mais duradouro e acaso mais interessante como revelador de contactos civilizacionais”.⁵ Esta sorte de direcção do rei português para “dirigir os destinos espirituais” do Oriente fez com que o reino de Portugal sentisse durante muito tempo que se encontrava na vanguarda da «*historia salutis*» universal, agitando-se como uma espécie de «povo eleito» por Deus para concretizar o objectivo maior da construção de uma orbe cristã.⁶

A “eleição do povo português” para desígnios tão elevados, exortado por muitos intelectuais religiosos e seculares, depressa é posta em causa. Esta hegemonia temporária, sobretudo no período que se situa entre os finais dos séculos XV e XVI, encontrou justificação devido aos problemas políticos e religiosos que avassalaram praticamente toda a Europa. Portugal dispunha então de uma série de factores favoráveis que lhe permitiram dispensar mais atenção às questões religiosas nos espaços ultramarinos: politicamente, tinha as suas fronteiras definidas e, posteriormente, não esteve envolvido nas questões religiosas que dilaceraram e dividiram o velho continente — as guerras religiosas a que mais tarde se chamaram dos «Trinta Anos». Esta situação condicionou o interesse de muitos países na competição ultramarina, mais interessados na resolução dos seus problemas internos. Alguns destes países, para além da reorganização política de que necessitavam, precisavam igualmente de tempo para estruturarem as Igrejas protestantes resultantes da cisão com a Igreja Católica Romana. Não podemos pensar que o papado, durante anos, se tenha demitido dos temas da evangelização nos espaços não-europeus: a sua participação e mobilização também estiveram condicionadas pelos mesmos problemas, sobretudo pela confrontação da Reforma Protestante.

Depois de alguma tranquilidade político-religiosa ter regressado à Europa, surgiram novos interesses. Agora, nas décadas finais de Quinhentos, a política e mesmo os interesses comerciais começam a subordinar a questão religiosa, encontrando-se novos países europeus a perseguir interesses prosélitos também nos espaços indianos,

⁴ Padre J. Bertrand S.I., *La Mission du Maduré*, vol. I, Paris, Librairie de Posussielgue-Rusand, 1847, p. 221.

⁵ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Palas Editora, 1983, p. 217.

⁶ BPE CXV / 2-7, fl.13: “Discurso sobre a dilatação da fee nas conquistas do Reyno de Portugal por ordem dos senhores Reys Portugueses.”

associando os tratos mercantis e a expansão de novas fidelidades cristãs. Este interesse rapidamente se estendeu a outros países católicos e ao próprio papado. Assim, em 1572, surge a Comissão Pontifícia da *Propaganda Fide* que, em 1622, se transformou em Congregação sob o pontificado de Gregório XV (1621-1623). Uma carta circular da Congregação aos núncios apostólicos definia os objectivos desta nova constituição pontifícia: “No supremo ofício do papa inclui-se tudo o que se refere à salvação das almas, mas nada lhe compete mais do que zelar pela fé católica, e para isso duas obras são necessárias: uma é conservar essa fé entre os fiéis, castigando-os mesmo para os obrigar a preservar, a outra é difundi-la e propagá-la entre os infiéis; por isso, a santa Igreja tem duas maneiras de proceder, uma judicial, para a qual o ofício da Santa Inquisição se encontra instituído, a outra moral ou antes apostólica, simbolizada pelas missões entre os povos que mais necessitam; por isso se construíram vários seminários, e colégios, para preparar aqueles que se hão-de enviar e para apoiar os novos convertidos.”⁷

Até 1640 não se registaram grandes alterações na movimentação missionária católica abrigada aos direitos de padroado «orientais» portugueses, mas transformações significativas começam a ocorrer com o fim do domínio filipino em Portugal. Por influência espanhola, a Santa Sé não reconheceu a nova soberania saída da Restauração e os bispos de dioceses portuguesas, tanto na Metrópole como no Ultramar, não foram substituídos.⁸ Por outro lado, a França começou a estruturar a sua própria época expansionista, incluindo o envio de missionários, criando, em 1651, a activa *Société des Missions Étrangères de Paris* que passou a depender da *Propaganda Fide*, assistindo-se anos mais tarde, em 1658, à nomeação dos primeiros vigários apostólicos: François Pallu, bispo de Heliópolis e Pierre de la Motte Lambert, Bispo de Berito.⁹ O rei de Portugal reagiu negativamente a esta nova situação. O Padre João de Brito, missionário no Maduré, quis ver o assunto esclarecido e enviou um procurador à Europa, mas nada ficou resolvido e a luta continuou a arrastar-se durante dois séculos¹⁰, conduzindo a situações deploráveis, multiplicando-se as acusações contra os missionários do

⁷ Carta circular da S. Congregação aos núncios apostólicos, de 15 de Janeiro de 1622, *El Hombre Barroco*, direcção de Rosario Villary, Madrid, Alianza Editorial, 1992, p.145.

⁸ António da Silva Rego, *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1930)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, p.19.

⁹ António da Silva Rego, *op. cit.*, p. 19.

¹⁰ Pe. J. Bertrand, *op. cit.*, p. 328-329; Pe. António Lourenço Farinha, *A Expansão da Fé no Oriente. Subsídios para a História Colonial*, Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 114-123.

padroado, nomeadamente contra a Companhia de Jesus.¹¹ A reacção portuguesa não passava de um protesto, pois, dadas as enormes dificuldades provenientes das modificações económicas da presença portuguesa no Índico, o Reino acabou por se resignar perante as coacções de uma nova realidade, somando à concorrência colonial entre países católicos essa outra competição que vinha das poderosas Companhias holandesas e inglesas em frenética movimentação mercantil nos mundos asiáticos. Ao mesmo tempo, a Santa Sé defendeu igualmente o desejo de as missões serem dirigidas a partir de Roma e não de Portugal, procurando o papado libertar-se da supremacia portuguesa nesta matéria.¹² Para além das ambições políticas e religiosas das novas potências comerciais europeias, temos ainda de admitir que o andamento das missões do padroado português não se pautava pela exemplaridade dos seus missionários que, em número reduzido, abriam excessivas portas para confrontações, polémicas e críticas aceras. Roma pôde valer-se desta situação para justificar a sua atitude, mas as missões sob a sua responsabilidade não colmataram as falhas existentes,¹³ acabando por não concorrer para alterar essa situação definitivamente permanente de uma presença católica profundamente minoritária no interior dos grandes territórios asiáticos dominados pelos sistemas religiosos plurisseculares que, animados pelo hinduísmo e pelo budismo, recebiam ainda a movimentação mais «recente» de um agressivo e popular islamismo.

Verificamos assim que 1622 representou o culminar de uma situação de recorrentes dificuldades na missionação católica de alguns espaços indianos que se vinha fazendo sentir desde o início da presença colonial portuguesa, apenas disfarçada até esses horizontes cronológicos pela fraca concorrência política, comercial e religiosa estrangeira. O ano de 1622 acentua, numa palavra, o fim das ilusões de uma “lusitanização” do Oriente¹⁴, bastando para tal lembrar a perda sucessiva de enclaves fundamentais, de Ormuz a Malaca, e a vaga de martírios cristãos no Japão que,

¹¹ Ver Francisco Rodrigues, “Nas Missões do Extremo Oriente”, Separata da Revista *Brotéria*, vol. XX, fasc. 5, Lisboa, 1935.

¹² António da Silva Rego, *O Padroado Português do Oriente*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 35.

¹³ António da Silva Rego, *O Padroado Português do Oriente*, p. 21; Maria de Jesus Lopes, *Goa na Segunda Metade de Setecentos: Esboço de um Ensaio Sócio Cultural*, texto policopiado; dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993, p. 247.

¹⁴ *Civiltà Indiana ed Impatto Europeo nei Secoli XVI-XVIII. L'Apporto dei Viaggiatori italiani*, a cura di Enrico Fasana e Giuseppe Sorge, Milão, Jaca Book, 1988, p. 14.

dissolvendo as missões locais, se juntavam à fundação da *Propaganda Fide*.¹⁵ A crise que assolava o chamado «Estado Português da Índia» tornou-se mais do que evidente no governo de D. Nuno da Cunha (1529-1538) e, generalizando-se, em meados do século, um ambiente de crise financeira, criaram-se as condições para que “o império asiático português vazio no seu interior, [estivesse] pronto a ser demolido pelos Holandeses e Ingleses”.¹⁶

É a partir de 1542 que a Companhia de Jesus fixa as primeiras bases de evangelização no Oriente de movimentação portuguesa. A nossa atenção dirige-se para a reconstrução da sua acção religiosa e cultural, estudando as diferentes metodologias utilizadas pelos inacianos e a sua relação com as outras Ordens religiosas, mas perseguindo também a sua atitude para com os chamados cristãos de S. Tomé e as religiões locais, perscrutando igualmente as suas ligações ao poder local que, quer «indígena» quer português, permitiram ou dificultaram o estabelecimento da Companhia em diferentes espaços indianos. Assim, no primeiro capítulo deste livro, intitulado *A Companhia de Jesus Rumo à Índia*, abordaremos a situação geral da cristandade na Índia ao tempo da chegada dos primeiros jesuítas. Estabeleceremos igualmente um paralelo entre as metodologias missionárias das ordens activas localmente e a política régia até à década de 1540 quando o interesse que D. João III tinha em alterar a política evangelizadora permitiu o patrocínio da movimentação ultramarina da Companhia de Jesus. Num segundo andamento capitular — *Jesuítas: Um Novo Conceito de Missão* — investigam-se as «novidades» religiosas, metódicas e instrumentais mobilizadas pela actividade religiosa da Companhia de Jesus na Índia. Um terceiro capítulo sobre *Expansão Colonial e Missionação* analisará a relação entre o poder político, tanto dos diferentes monarcas como dos seus representantes na Índia, e a Companhia, entre 1542 e 1622. A seguir, um quarto capítulo debruçado sobre *Cristandade do Malabar e a Companhia de Jesus: Zelo e Escândalo* abordará as relações entre a Companhia de Jesus, os cristãos de S. Tomé e a comunidade paravá.

¹⁵ António da Silva Rego, 1622, *Ano Dramático na História da Expansão no Oriente e Extremo Oriente*, Tomo XVIII, Lisboa, Memória das Academias das Ciências de Lisboa, 1977, p. 27.

¹⁶ Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1995, p. 151. A situação de crise tornou-se de tal forma grave que aquando das festas, realizadas em Cochim a propósito da Restauração Portuguesa, não havia dinheiro para fazer a bandeira: “...quando chegou a ella a Milagroza noua da socepção da Magestade del rey Dom João quarto nosso senhor que Deos goarde que os officiaes da Camara empenhão a Cruz de prata do Orago por sincoenta xerafins que são menos de quarenta cruzados pera averem de fazer a bandeira com que se aclamou pellas ruas pubricas a Magestade de seu e nosso verdadeiro Rey e senhor.” - BPE, *Cod. CXVI// 23*.

Abre-se, em continuação, um capítulo sobre *Instrumentos de Missionaço* revisitando os métodos missionários usados pela Companhia de Jesus, com especial destaque para a questão da adaptação-aculturação da ordem na Índia, destacando também as diferenças de actuação dos missionários jesuítas portugueses e italianos. Abre-se, em seguida, um capítulo sobre *Conflitos com as Religiões não Cristãs* investigando, mais especializadamente, a representação que os missionários jesuítas foram construindo acerca do hinduísmo e das sociedades indianas locais. Por fim, tudo se fecha com um inevitável capítulo de *Probelamas e Perspectivas* cruzando propostas de interpretação e investigação à visita crítica das novas correntes historiográficas da presença portuguesa e da Companhia de Jesus na Índia.